



C T O – “RESPONSABILIDADE DE TODOS NA RECUPERAÇÃO, UNIDADE E SERVIÇO”

ÁREA 09 GOIÁS

Estamos na Central de Serviços de Alcoólicos Anônimos de Goiás (CENSAA/GO), pelo idos de 1990. Local para onde, uma noite, convergiram representantes de Grupos da Capital, juntamente com outros da Irmandade nossa coirmã, Al-Anon. Um objetivo claro os reunia naquela hora e lugar: organizar o atendimento da já substancial quantidade de pedidos de socorro que chegavam aquele Escritório, fossem eles em forma a abordagem ou palestras.

Daquela saudosa reunião, algumas deliberações foram retiradas: os pedidos seriam, sempre que possível, realizados com representantes das duas Irmandades e cada uma apresentou um coordenador para aquilo que foi chamado de Comitê de 12º Passo.

Ficaram assim organizadas as tarefas: pedidos recebidos por Al-Anon seriam atendidos com a nossa participação e vice-versa. Nunca as relações entre essas duas entidades adeptas dos Doze Passos, das Doze Tradições e Doze Conceitos foram tão harmoniosas e produtivas, no Estado de Goiás quanto naquela década (1990-2000) em que alguns abnegados companheiros pareciam ter nascido para aquela messe, tamanha a dedicação com que se atiravam à sua realização, apesar das dificuldades naturais e das críticas.

Paralelamente a isso, o Comitê ia convivendo com oposições ao seu trabalho, afinal vivíamos numa época em que não havia literatura específica para o assunto e em um lugar em que, num passado não muito longínquo, livros de A. A. vistos na vitrine de uma livraria foram todos adquiridos por um companheiro, em nome do que muito bem ilustra a visão de uma ala da Irmandade local do que seja “anonimato”.

CRIs e Sub-CRIs surgiram para estruturar e melhor definir as atribuições de um encargo muito bem aceito na Irmandade, mas que se confundia com as do Representante de Serviços Gerais. Cada grupo tinha o seu RI e o seu RSG. As funções deste último estavam muito bem delineadas no Manual de Serviço e não se questionava a sua importância. Os Ris eleitos, entretanto, não sabiam quais eram suas competências e eram poucos os que compareciam às reuniões de sua alçada.

Os atendimentos aos pedidos a nós encaminhados eram, portanto, realizados pelo Coordenador daquele Comitê e alguns voluntários. Porém, mesmo convivendo com tais dificuldades, fatos dignos de registro fortaleciam os participantes e não os deixavam esmorecer. Alguns deles:

1 – Após uma reunião semanal no extinto banco do Estado, coordenada pelas Assistentes Sociais daquela empresa, com participação nossa, dos empregados alcoólicos e seus familiares, uma participante, bastante emocionada, pediu a palavra e, entre soluções e lágrimas, disse que era filha de alcoólatra e, enquanto nos ouviu, sentiu uma carapuça desenhar seus contornos faciais no trecho em que, como de rotina, falamos sobre a forma como socialmente o alcoólatra é visto: um sem vergonha, mau caráter, alguém sem força de vontade. Naquela reunião ficara sabendo ser seu pai portador de uma doença e, doravante, passaria a trata-lo com mais respeito e carinho.

2 – No atendimento ao pedido de uma palestra para crianças de idade máxima de oito anos, feito por um Centro Espírita localizado em município vizinho, o companheiro voluntário – desprovido de veículo próprio, além de saber da importância de se realizar acompanhado tal serviço – teve muita dificuldade em encontrar outro para missão. Nessa busca chegou a ouvir palavras como “Trata-se de um serviço preventivo: e o A. A. não faz trabalho preventivo”.

Finalmente apareceu o acompanhante que, sem seu carro, os conduziu à missão.

Tratava-se, de fato de um público com faixa etária muito baixa, mas um trabalho muito didático para aqueles que o executaram, pois fez muito bem aos dois membros no sentido da manutenção de suas sobriedades e – outro item que merece reflexão – um mês depois, apareceu um senhor em uma de nossas salas pedindo ajuda,

dizendo-se alcoólatra e que para ali havia sido encaminhado pela sua filha, que participara daquela reunião que por pouco não aconteceu. Estes fatos, entre outros, foram dando aos participantes deste serviço a dimensão da sabedoria contida em nosso Termo de Responsabilidade. Aquele mesmo que escutamos sempre ao término de nossas reuniões, muitas vezes de maneira automática e sem nos darmos conta de sua importância: *“Quando qualquer um, seja onde for, estender a mão pedindo ajuda, quero que a mão de A. A. esteja sempre ali. E para isto: eu sou responsável”*, O citado texto é bastante enfático no que diz respeito a para quem e onde levar a mensagem que poderá salvar vidas. Foi muito importante e deu a necessária convicção para os voluntários diante de qualquer dúvida que as incessantes críticas pudessem causar. Outros sábios pensamentos também nos auxiliaram nessa lida – e aqui abrimos um parêntese para pedir aos leitores que tenham restrições quanto às suas fontes, que não permitam que isto os impeça de analisar a sabedoria contida em cada uma de suas palavras. Caso isto não seja possível, apenas ignorem os itens abaixo numerados:

1 – *Gálatas 6, 1-2: A Lei de Cristo – Irmãos, se alguém for apanhado em alguma falta, cabe a vocês, que são espirituais, corrigir com mansidão a essa pessoa. E cada um que se cuide, para não ser tentado também. Carreguem os fardos uns dos outros, e assim vocês estarão cumprindo a lei de Cristo.*

2 – *Tiago 1,22-25: sejam praticantes da Palavra e não apenas ouvintes, iludindo a si mesmos. Quem ouve a Palavra e não a pratica é como alguém que observa no espelho o rosto que tem desde o nascimento, observa a si mesmo e depois vai embora, esquecendo a própria aparência. Mas que se concentra numa lei perfeita, a lei da liberdade, e nela continua firme, não como ouvinte distraído, mas praticando o que nela manda, esse encontrará a felicidade no que faz.*

3 – *Comentário de Tiago 19-25 – A fé não se resume em afirmações que podem ser ouvidas e decoradas; ela é compromisso que leva a tomar atitudes concretas e cheias de consequências.*

4 – *13º Capítulo da Primeira Carta de Paulo aos Coríntios:*

Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse Amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine. E ainda que tivesse o dom da profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse Amor, nada seria. E ainda que distribuísse toda a minha fortuna para sustento dos pobres, e ainda que entregasse o meu corpo para ser queimado, se não tivesse Amor, nada disso me aproveitaria. O amor é paciente, é benigno; o Amor não é invejoso, não trata com leviandade, não se ensoberbece, não se porta com indecência, não busca os seus interesses, não se irrita, não suspeita mal, não folga com a injustiça, mas folga com a verdade.

Tudo tolera, tudo crê, tudo espera e tudo suporta. O Amor nunca falha. Havendo profecias, serão aniquiladas; havendo línguas, cessarão; havendo ciência, desaparecerá; porque, em parte conhecemos, e em parte profetizamos; mas quando vier o que é perfeito, então o que é em parte será aniquilado... Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três; mas o maior destes é o Amor.

A outra reflexão convidamos os companheiros. Em 1992, devolvendo-nos o filme “O Valor da Vida” (ainda em VHS), Fátima, funcionária da FUNAI, propôs que levássemos nossa mensagem às comunidade indígenas Karajás, na Ilha do Bananal, onde o problema alcoólico é bastante sério. Além da grande distância que já dificultaria o trabalho, o acesso teria que ser feito via aérea. “*Só vai se a Central puder pagar*”, responderem imediatamente os mais radicais. O que tínhamos era um Escritório que, aos trancos e barrancos, conseguia manter-se aberto. Expus à solicitante a impossibilidade de atendermos seu pedido. Sua resposta também foi imediata: “*A FUNAI paga todas as despesas*”. E agora? O que deveríamos fazer? Apegar-nos à letra da Tradição nº sete ou seguir o que o instinto, embasado no Termo de Responsabilidade, nos impulsionava a fazer? Sentíamos-nos tal qual um transeunte, no meio da floresta, que assistia uma vítima ser tragada por arei movediça. “*Nada podemos fazer*”, gritávamos. “*Aqui está o cipó que você precisa para busca-la e voltar seguro*”, forneceu-nos um terceiro. “*Assim não vale, não podemos aceitar*”, concluindo respondemos.

O fato é que, após muitas discussões e consultas a Áreas onde este serviço já se encontrava mais estruturado, decidimos ir, mesmo naquelas circunstâncias. Se agimos certo ou errado, deixamos para cada leitor decidir. Cabe informar que em nada melhorou nosso agora ESL, nos últimos vinte anos, referente à sua condição financeira.

Surge, então, o CTO. Apesar de tratar-se apenas de um nome mais apropriado para aquilo que já vinha sendo feito, foi recebido com desdém e, como costumam dizer alguns: “*Mais uma sigla?!*”. Pouco depois, foi editada uma literatura específica – a 1ª. edição do manual do CTO, 1992. Tirou muitas dúvidas nossas e propôs metas muito objetivas de trabalho. Foi aperfeiçoado em sua 2ª. e última edição, em 1997. Baseados em sugestões contidas nessas literaturas, realizamos nos anos de 1996 e 1998 Seminários de Cooperação com a Comunidade Profissional, com 500 participações em cada. Tudo ainda tendo o RI como ele entre o Comitê e os grupos.

Hoje orientamo-nos pelo livrete Guias do CTO e, quando se fala em RCTO, parece que estamos falando em ser de outro planeta. Pelo menos, pertencendo a uma necessidade que pode ser adiada indefinidamente. RCTO nada mais é do que o antigo RI. Apenas teve sua nomenclatura atualizada e mais adequada ao contexto (alguém

acha que “Representante às Integrupais” faz mais sentido que “Representante do CTO”?). Apenas uma coisa não é a mesma: a seriedade que os Grupos e Distritos davam ao encargo antigo, mesmo não sabendo exatamente o seu objetivo. Dois Distritos da Capital, demonstrando maturidade na questão, realizaram em conjunto uma Oficina do CTO, tendo por base um exemplo de programação no Sul do país. RCTO é autoexplicativo e é preciso que eles sejam eleitos nos Grupos e Distritos, e todos, então com maior comprometimento, passem a compor o CTO Estadual (que, bem ou mal, já se encontra em funcionamento), e, cada vez melhor, possamos cumprir nosso propósito primordial.

“A fé sem obras é morta”

(Fonte: Relatório da XXXVII Conferência de Serviços Gerais – páginas: 142 – 143 - 144 – Ano: 2.013)